



CÂMARA MUNICIPAL DE ÁLVARES MACHADO

PLENÁRIO VEREADOR SEBASTIÃO ANTÔNIO PEREIRA
Rua Monsenhor Nakamura, 783 Fone/Fax (18) 3273-1331 – CEP 19160-000 - SP

SOLICITAÇÃO DE COMPRA/SERVIÇOS

Da: Diretoria Administrativa

Ao: Presidente da Câmara

Objeto: contratação de curso ao vivo e Formação em Assessoria Jurídica e Legislativa, para capacitação de 2 servidores

Data: 28 JUN. 2024

Justificativa: melhor capacitação dos servidores

Custo estimado: RS 5.194,00

Encaminhe-se o processo para despacho do Presidente.

CM de Álvares Machado, em 28 JUN. 2024

PAULO JOSÉ VILLALVA MARTINS

Diretor Legislativo/Acumulando Diretoria Administrativa/Agente de Contratação

DESPACHO DO PRESIDENTE:

Deferido.

Data: 28 JUN. 2024

Assinatura:

SAO PAULO
 Camara Municipal de Alvares Machado
 Secretaria de Financas
 Contadoria Geral do Municipio
 CNPJ 53.303.376/0001-31

Orgao: 01 PODER LEGISLATIVO Unid: 01 CORPO LEGISLATIVO
 Dotacao: 010310002.2.001.3390.39.00.00 OUTROS SERVICOS DE TERCEIROS Conta:

Credor: 561 INSTITUTO RENATA CUNHA EDUCACAO LEG CGC: 33.925.782/0001-29
 Banco: 000 Ag: C/C:
 Endereco: AVENIDA MARECHAL CASTELO BRANC Fone: 4896028865 SAO JOSE

Dispensa por Lim Emissao: 28.06.24 Vencimento: 28.07.24
 ---Valor Orcado--- ---Saldo Anterior--- -Valor do Empenho- ---Saldo Atual---
 600.000,00 169.741,69 5.194,00 164.547,69

Item	Qtd	Uni	-----Especificacao-----	Valor Unitario	Valor Total
1	1	1	CONTRATAÇÃO DE CURSO AO VIVO E FORMAÇÃO EM ASSESSORIA JURÍDICA E LEGISLATIVA PARA CAPACITAÇÃO DE 02-(DOIS) SERVIDORES.	5.194,0000	5.194,00

5.194,00

ENCARREGADO SERVICOS

CONTADOR

ORDENADOR DA DESPES

-----Liquidação-----
 O Material foi Fornecido
 Serviço Prestado Data: / / .

RESPONSÁVEL

-----Pagamento-----
 Descontos: A- INSS- R\$ - Cred- Total Descontado
 Demonst.: B- IRRF- R\$ - Debi- R\$ -

-----Ordem de Pagamento----- Recibo -----
 Em / / . Em / / .

Pague-se a importância
 Acima Processada SECRET. FINANÇAS Recebi a importância
 Acima Processada ASSINATURA CREDOR

Cheque Certifico Haver Pago
 Banco a Importância Acima
 mencionada

Recursos: TESOUREIRO

Re: Solicitação de Orçamento CURSO ONLINE AO VIVO Formação Avançada Em Assessoria Jurídica E Legislativa

"Assessoria da Presidência - GP_ARIGEL" <camara@alvaresmachado.sp.leg.br>

3 de julho de 2024 às 12:08

Para: "Renata Cunha" <contato@institutorenatacunha.com.br>

Prezados, bom dia

Espero encontrá-los bem.

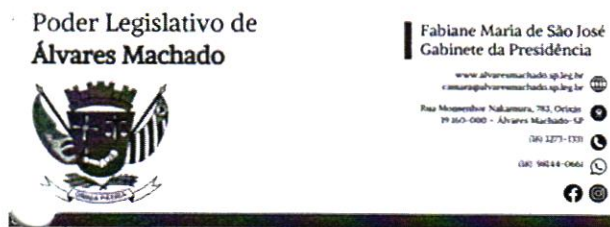
Segue cópia do empenho para efetivação de duas matrículas no curso Formação Avançada Em Assessoria Jurídica E Legislativa.

Seguem os dados dos servidores:

* DIOGO RAMOS CERBELERA NETO, CPF 436.314.168-90, CARGO: PROCURADOR JURÍDICO, diogocerbelera@gmail.com, 18 99149-6169.
* FABIANE MARIA DE SÃO JOSÉ, CPF 266.905.388-26, CARGO: ASSESSORA DE GESTÃO LEGISLATIVA E DO GABINETE DA PRESIDENTE, fabianesaajose@gmail.com, 18 98144-0661.

Por favor, confirmar recebimento e se as inscrições foram efetivadas com a disponibilização de login e senha para acesso a plataforma.

Atenciosamente,



28 de junho de 2024 às 12:43, "Renata Cunha" <contato@institutorenatacunha.com.br> escreveu:

Muito obrigado

Em sex., 28 de jun. de 2024 às 12:37, Assessoria da Presidência - GP_ARIGEL <camara@alvaresmachado.sp.leg.br> escreveu:
Recebido e encaminhado ao agente de contratação para formalização.

Atenciosamente,

28 de junho de 2024 às 12:19, "Renata Cunha" <contato@institutorenatacunha.com.br> escreveu:

prezados, segue os documentos solicitados

Att

Everton Ferreira

Em sex., 28 de jun. de 2024 às 12:11, Assessoria da Presidência - GP_ARIGEL <camara@alvaresmachado.sp.leg.br> escreveu:
Prezados,

favor enviar os documentos da empresa, certidões necessárias para a abertura de processo de contratação e empenho.

Atenciosamente,

28 de junho de 2024 às 11:15, "Renata Cunha" <contato@institutorenatacunha.com.br> escreveu:

Bom dia Paulo, conforme solicitado, segue a proposta com ementa de conteúdo do curso, valor e forma de pagamento.

Att

Everton

Em sex., 28 de jun. de 2024 às 09:37, <camara@alvaresmachado.sp.leg.br> escreveu:
Prezados,

Solicito um orçamento para o curso online ao vivo "Formação Avançada Em Assessoria Jurídica E Legislativa [Programa de Formação Profissional para Procuradores, Assessores Jurídicos e Legislativos de Câmara Municipal]".

* capacitação para 2 servidores.

Gostaria de saber os valores e as formas de pagamento disponíveis para inscrição neste curso pela Câmara Municipal de Álvares Machado.

Aguardo retorno.

Atenciosamente,

Paulo Villalva
Agente de Contratação

--
xn8ZeLRMbT6mTWRlweYw

--
xn8ZeLRMbT6mTWRlweYw

--
xn8ZeLRMbT6mTWRlweYw

Re: Solicitação de Orçamento CURSO ONLINE AO VIVO Formação Avançada Em Assessoria Jurídica E Legislativa

"Renata Cunha" <contato@institutoerenatacunha.com.br>

28 de junho de 2024 às 11:15

Para: camara@alvaresmachado.sp.leg.br

Bom dia Paulo, conforme solicitado, segue a proposta com ementa de conteúdo do curso, valor e forma de pagamento.

Att

Everton

Em sex., 28 de jun. de 2024 às 09:37, <camara@alvaresmachado.sp.leg.br> escreveu:

Prezados,

Solicito um orçamento para o curso online ao vivo "Formação Avançada Em Assessoria Jurídica E Legislativa [Programa de Formação Profissional para Procuradores, Assessores Jurídicos e Legislativos de Câmara Municipal".

* capacitação para 2 servidores.

Gostaria de saber os valores e as formas de pagamento disponíveis para inscrição neste curso pela Câmara Municipal de Álvares Machado.

Aguardo retorno.

Atenciosamente,

Paulo Villalva
Agente de Contratação

 O NOVO LEGISLATIVO

28 JUN. 2024

Ao Presidente da Câmara Municipal

PROPOSTA DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Formação Avançada em Assessoria Jurídica e Legislativa

Programa de Formação Profissional para Procuradores Legislativos,
Consultores, Analistas e Assessores Jurídicos de Câmara Municipal

OBJETIVOS

O curso tem como objetivo qualificar profissionais que atuam como Assessores Jurídicos, Consultores e Analistas Legislativos e Procuradores de Câmaras Municipais. Reunimos numa só formação todos os conhecimentos teóricos e práticos que a assessoria precisa para realizar com segurança as suas atividades jurídicas e legislativas na Câmara Municipal. A formação visa desenvolver habilidades técnicas e políticas necessárias para que você possa desempenhar um assessoramento parlamentar de excelência.

Trata-se de um aprofundamento em todas as áreas essenciais para a rotina profissional de um Assessor Jurídico e Legislativo do Poder Legislativo. São 14 módulos, cuidadosamente pensados para as reais necessidades profissionais dos assessores jurídicos e legislativos das câmaras municipais. A Formação é conduzida por Dr. Walter Bernegozzi Jr, Procurador Jurídico de carreira do Legislativo Municipal, com experiência de mais de duas décadas em assessoria jurídica especializada em Poder Legislativo.

PÚBLICO ALVO

- ❖ Procuradores, consultores e analistas legislativos, advogados e assessores jurídicos de Câmaras Municipais (efetivos e comissionados).
- ❖ Assessores de vereador e assessores de Bancada, com formação jurídica ou outra formação superior.
- ❖ Secretário-Geral da Mesa e secretários de comissões com formação jurídica ou outra formação superior.
- ❖ Administradores, Contadores e Controladores municipais.
- ❖ Profissionais que pretendem prestar consultorias externas e assessorias para vereadores e Câmaras Municipais.
- ❖ Estudantes de Direito, Administração Pública, Contabilidade e demais pessoas que pretendem atuar na Assessoria Parlamentar ou em Câmaras Municipais.
- ❖ Outros profissionais interessados nos temas do curso e que buscam um estudo mais completo e direcionado.

EMENTA (Conteúdos Programáticos)

MÓDULOS AO VIVO

Módulo 01: Advocacia Pública no Poder Legislativo

Advocacia Pública Legislativa. História, origens, desafios contemporâneos.

Advocacia Pública e Advocacia no Direito Público. Missões e o mercado de trabalho.

Advocacia Pública Legislativa. Atribuições, prerrogativas, independência funcional, metodologia de trabalho, controle de jornada.

Advocacia Pública Legislativa para além da técnica jurídica. Uma abordagem política da atuação da Advocacia Pública.

Atuação preventiva e gestão de riscos (próprios e dos assistidos)

Responsabilidade do Advogado Público Legislativo.

Vencimentos do Procurador Legislativo. Duplo teto remuneratório?

Processo Administrativo Disciplinar contra Advogados Públicos.

Advogado público comissionado e de carreira. Atribuições. Vedações.

Procurador Geral do Legislativo, Diretor Jurídico e o exercício da Advocacia privada.

Atuação judicial do Procurador Legislativo. Personalidade Judiciária da Câmara de Vereadores. Prazos Processuais. Atuação em prol de agentes políticos municipais.

Módulo 02: Revisão da Lei Orgânica Municipal

Compatibilidade da Lei Orgânica Municipal com a Constituição Estadual, Constituição Federal e jurisprudência; Simetria constitucional. Conteúdos gerais e locais da Lei Orgânica Municipal. Processo legislativo de revisão da Lei Orgânica Municipal: Proposta de Emenda à Lei Orgânica. Competência para revisar e atualizar a Lei Orgânica Municipal. Consequências ao município pela não atualização da LOM. Papel dos vereadores, da Mesa e do assessor na revisão e atualização da Lei Orgânica Municipal. Participação da Sociedade no processo de Revisão da Lei Orgânica. Assuntos que não podem deixar de serem atualizados na LOM.

Módulo 03: Revisão do Regimento Interno da Câmara e Processo Legislativo em âmbito municipal

Função e importância do Regimento Interno da Câmara Municipal. Compatibilidade do Regimento Interno da Câmara com a Lei Orgânica do Município. Conteúdos do Regimento Interno. Elaborar um novo Regimento Interno ou alterar o regimento existente? Metodologia e processo legislativo de alteração do Regimento Interno. Consequências à Câmara Municipal e aos vereadores pela não atualização do Regimento. Papel dos vereadores, da Mesa e do assessor na revisão e atualização do Regimento Interno. Assuntos que não podem deixar de serem atualizados no Regimento Interno. Impacto do Regimento Interno no funcionamento institucional do Poder Legislativo. Atuação na assessoria jurídica no Plenário e Comissões. Entendimentos recentes sobre a competência legislativa municipal (art. 30 do CF). A noção de peculiar interesse municipal. Polêmica sobre “Legislar gerando despesas” para o Executivo: considerações. Apoio técnico, acompanhando e suporte à atividade parlamentar (sessões Plenárias, Comissões e Audiências Públicas). Emissão de parecer sobre consultas formuladas pelo Presidente, demais vereadores ou pelos Órgãos da Câmara, sob o aspecto jurídico e legal. Elaboração legislativa: Análise e Redação de proposições: projetos de leis, decretos legislativos, resoluções, justificativas de vetos, emendas, e outros atos legislativos. Assessoramento às comissões parlamentares (CCJ e demais comissões da Casa), na análise da legalidade ou constitucionalidade de todos os projetos apresentados pelos parlamentares ou pelo Poder Executivo. Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Módulo 04: Subsídios, Diárias, Décimo Terceiro e Férias para agentes políticos municipais

Forma de remuneração de agentes políticos municipais. Competência para fixar os subsídios de agentes políticos municipais. Limites legais e constitucionais para fixação dos subsídios. Subsídio do Prefeito e dos vereadores. Subsídio de vice-prefeito e dos secretários municipais. Espécie legislativa adequada para a fixação de subsídios dos agentes políticos municipais: Lei ou Resolução? Décimo-terceiro subsídio e adicional de férias para agentes políticos. Reajustes (perdas inflacionárias) e Revisão Geral Anual dos subsídios dos agentes políticos municipais: possibilidades. Redução dos Subsídios dos Vereadores. Verba de representação e Subsídio diferenciado do Presidente da Câmara. O que é e como fazer o impacto orçamentário-financeiro, para aumentar os subsídios. Modelos de minutas de projeto de lei ou resolução para fixação de subsídios. Décimo Terceiro Subsídio e Férias dos Agentes Políticos Municipais. Verbas Indenizatórias. Diárias. Verbas de Gabinete do Vereador. Tribunal de

Contas x Poder Judiciário. entendimentos jurisprudências recentes sobre o tema. Diárias na Câmara de Vereadores: Regulamentação. Irregularidades e problemas mais comuns.

Módulo 05: Processo de cassação de mandato e CPI na Câmara Municipal.

Cassação de mandato de Prefeito e de vereador (*"impeachment municipal"*): Motivos que podem levar à cassação de um Prefeito ou Vereador: crimes e infrações político-administrativas. Desbravando o Decreto Lei 201 de 1967. Procedimentos e atos do Processo de Cassação de prefeitos e vereadores. Requisitos e prazos para a instauração do processo de cassação. Denúncia. Escolha dos integrantes da Comissão Processante. Eleição das funções (Presidência, Relatoria e membro). Procedimentos iniciais. Notificação do prefeito ou vereador acusado. Defesa prévia (prazos). Observância ao princípio do contraditório e ampla defesa. A produção de provas no processo de cassação. Testemunhas. Parecer Preliminar. Parecer Final. Alegações finais e encerramento do processo de cassação. Decisão (Julgamento) do Plenário. Consequências da Cassação: Afastamento definitivo do prefeito ou vereador cassado, realização de novas eleições e preenchimento de vagas no caso de cassação de vereador. Interferência do Poder Judiciário no processo de cassação e recursos possíveis. Análise de casos de cassação de prefeitos e vereadores. Discussão de questões polêmicas no processo de cassação. Previsão regimental. Convocação de suplente. Quórum para as deliberações. Possibilidades de Controle pelo Poder Judiciário. Anulação da decisão. Processo de Destituição de membro da Mesa da Câmara Municipal: Procedimentos: da denúncia ao julgamento. Previsão regimental. Aplicação analógica do Decreto-Lei 201/67. Convocação de suplente. Quórum para as deliberações. Possibilidades de Controle pelo Poder Judiciário. Anulação da decisão. CPI na Câmara Municipal: A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e no Regimento Interno da Câmara (Requisitos constitucionais). Princípios norteadores das Comissões Parlamentares de Inquérito. A CPI conforme os entendimentos jurisprudenciais recentes. Poderes. Objeto da investigação. Poderes e limites de atuação de uma CPI. Procedimentos e rito em âmbito municipal. Rito para a investigação no Regimento Interno da Câmara: instalação da comissão, coleta de provas, instrução. Oitiva de testemunhas. Condução coercitiva. Contraditório e ampla defesa. relatório final. Garantia ao investigado de ampla defesa e contraditório. Publicidade dos atos da CPI. Orientações práticas para a investigação. Papel do assessor jurídico em CPIs. Sigilo das informações coletadas na investigação. Regulamentação da CPI no Regimento Interno.

Módulo 06: Processo de Julgamento das contas do Prefeito pela Câmara Municipal e Controle de Constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais

Competência do TCE ou TCM. Processo de tomada e Prestação de contas do Executivo. Procedimentos e instrução do processo de tomada de contas no TCE. Defesa do Prefeito. As sanções e penalidades impostas ao Prefeito pelo TCE. Recursos previstos. O encaminhamento do Parecer Prévio do TCE à Câmara Municipal. O Processo de julgamento de Contas do Prefeito pela Câmara Municipal. Atuação da Comissão da Comissão de Finanças e Orçamento no processo de julgamento das contas do Prefeito. Elaboração do Parecer. A publicidade do Parecer Prévio do TCE. O princípio do contraditório e da ampla defesa no processo de julgamentos das contas do Prefeito. Elaboração do Decreto Legislativo (com resultado do julgamento). As consequências do julgamento das contas do Prefeito pela Câmara Municipal (inelegibilidade). Controle de Constitucionalidade de leis municipais. Quem pode promover uma ação de inconstitucionalidade. Como funciona. Passo a passo para ingressar com uma Ação. O que é o Controle Concentrado de Constitucionalidade. Ação direta de inconstitucionalidade em face de lei estadual;

Arguição de descumprimento de preceito fundamental em face de ato normativo municipal. Controle Difuso: Recurso Extraordinário. Tribunal de Contas x Tribunais de Justiça: Como lidar diante de entendimentos divergentes entre os Tribunais. Como pesquisar e localizar as decisões jurisprudenciais. Controle de Constitucionalidade preventivo no Processo Legislativo. Representação do Poder Legislativo Municipal em questões judiciais ou extrajudiciais: Questões gerais sobre a atuação da área jurídica da Câmara Municipal. Representação da Câmara em juízo: Defesa, judicial ou extrajudicial dos interesses e direitos da Câmara, em ações diretas de inconstitucionalidade, mandados de segurança, ações populares e quaisquer outras ações em que a Câmara seja parte (autora, ré, interveniente ou, por qualquer forma, interessada).

Módulo 07: Processo Legislativo Orçamentário e Orçamento Impositivo em âmbito municipal (Emendas Impositivas)

Base legal do Processo Legislativo Orçamentário. Execução emendas impositivas em ano eleitoral. Vedações constitucionais. Receita corrente líquida conceito e previsão legal. Receita corrente líquida para fins de limites – LRF. Emendas parlamentares. Emendas parlamentares às leis orçamentárias. Compatibilidade entre as peças orçamentárias. Classificação quanto à indicação: emenda individual, emenda de bancada, emenda de bloco e emenda coletiva. Classificação quanto ao tipo de alteração: apropriação, remanejamento e cancelamento. Orçamento impositivo. Orçamento impositivo equitatividade das

emendas. Emendas impositivas individuais. Emendas impositivas de bancada. Constitucionalidade das emendas impositivas de bancada. Chek list: tópicos para incluir no regimento as emendas de bancada e equidade. Como identificar as ações na emenda. Beneficiários das emendas impositivas. Que tipo de emendas impositivas podem ser realizadas. Instrumentos de repasses de transferências. Lei 13.019, de 2018. Impedimentos técnicos das emendas impositivas. Análise das emendas e dos impedimentos. Prazos para correção impedimentos técnicos. Nova regra sobre impedimentos técnicos. Restos a pagar. O poder executivo pode limitar as emendas impositivas? Chek list para incluir no regimento interno as emendas individuais. Acompanhamento das emendas. Jurisprudência sobre o tema. Noções sobre Estimativa de Impacto Financeiro-Orçamentário

Professor convidado: Dr. Mário Galavoti

Módulo 08: Inteligência Artificial aplicada à Procuradoria Legislativa

Qual IA usar. Cadastro na plataforma. Oficina: Criação de Documentos jurídico-Legislativos (Oficina) por meio de Inteligência Artificial: Pareceres, Projetos de Lei, Mandados de Segurança, Requerimentos, Ofícios, Indicações, etc.

MÓDULOS GRAVADOS

Módulo 09: Condutas Vedadas a agentes públicos em ano eleitoral

Condutas vedadas aos agentes públicos pela legislação eleitoral vigente (Lei nº 9.504/97).

O que é circunscrição do pleito;

Vedações do art. 73 da Lei Eleitoral:

- utilização de bens móveis e imóveis, materiais e serviços: o que é permitido, o que é proibido;
- distribuição gratuita de bens e serviços: uniformes escolares, cestas básicas, transporte de pacientes, etc.
- programas sociais: continuidade ou implementação;
- nomeação, contratação, exoneração de servidores públicos;
- realização de concurso público e nomeação de candidatos aprovados: regra geral e exceções;
- concessão de reajuste salarial e revisão geral da remuneração;
- elaboração ou reestruturação de plano de carreira dos servidores;
- concessão ou supressão de benefícios e vantagens aos servidores públicos
- celebração de convênios e contratos;

- propaganda institucional;
- declarações e entrevistas em emissoras de tv, rádio, jornais e revistas;
- inauguração de obras e serviços;

Aumento de despesa com pessoal no final do mandato.

Ministrante convidado: Prof. Alexandre Canela

Módulo 10: Gestão financeira da Câmara Municipal (Duodécimos) e Improbidade Administrativa

O que é e qual a finalidade do duodécimo. Previsão constitucional. Valor e Teto dos duodécimos. Base de cálculo para o limite do duodécimo. Receitas computadas. Queda e Aumento na arrecadação: há desconto ou aumento proporcional do duodécimo? Prazo máximo que o prefeito tem para repassar o duodécimo da câmara. Consequências para o Gestor se ele não repassar o Duodécimo na data limite, ou se repassar valores abaixo do estabelecido na lei. Como a Câmara deve proceder. Antecipação de duodécimo. Adiantamentos (Fundo Fixo de Caixa e Despesas de Viagens). A prefeitura pode repassar um valor inferior em um mês e compensar no mês subsequente? Obrigatoriedade da devolução do duodécimo não utilizado. Restos a pagar. Vincular a devolução do duodécimo a uma despesa específica: possibilidade. A devolução de recursos ao Executivo. Limite de despesas da câmara. Responsabilidade do Prefeito e do Presidente da Câmara quanto aos duodécimos. Controle das Contas Bancárias e Aplicações Financeiras. **Improbidade Administrativa.** Conceito de improbidade administrativa. Sujeito ativo e passivo do ato de improbidade. Espécies de ato de improbidade. Diferenças entre infração funcional (administrativa), improbidade administrativa e crime contra a administração pública. Improbidade Administrativa praticada por membros do Legislativo. A violação aos princípios básicos e gerais da administração pública. Penas aplicáveis aos atos de improbidade. Noções de processo judicial de apuração do ato de improbidade administrativa. Prescrição do ato de improbidade. Nepotismo: Súmula Vinculante nº 13 do STF e o parentesco. Nepotismo cruzado com a Prefeitura. Casos práticos. Denúncia.

Módulo 11: A atuação da assessoria jurídica em processos administrativos internos (PAD e Sindicância).

O NOVO LEGISLATIVO

Orientação e Pareceres em sindicâncias e processos administrativos de natureza disciplinar instauradas pela Presidência. Regime disciplinar: Condução e atuação em Comissões de Sindicância e Comissões Processantes disciplinares (PAD) instauradas na Câmara Municipal (processo administrativo disciplinar).

Ministrante convidado: Dr. Fabrício Colombo

MÓDULOS COMPLEMENTARES

Módulo 12 Curso Prático de Implantação da Nova Lei de Licitações e contratos na Câmara Municipal

Atuação do assessor jurídico em Licitações e Contratos da Câmara Municipal. Orientação, Análise dos Editais de Licitação da Casa. Emissão de Pareceres sobre: processos licitatórios da Câmara, dispensa ou inexigibilidade de licitação, contratos firmados pela Presidência, prorrogação contratual, e em outros atos de natureza jurídica. Aspectos relevantes da Nova Lei de Licitações para as contratações da Câmara Municipal. Limite de Gastos com os Vereadores. Limite de Gastos com a Folha de Pagamento do Legislativo. Limite de Gastos com Pessoal do Legislativo.

Ministrante convidado: Dr. Carlos Bredariol

Ambiente para tira-dúvidas e fazer contatos.

O networking entre o grupo é um dos grandes benefícios dessa formação.

A turma é formada por profissionais da área jurídica e legislativa de todos os lugares do país, permitindo o ambiente perfeito para troca e aprendizagem entre os participantes.

BÔNUS 01

Curso completo de Processo Legislativo e Regimento Interno, ministrado pela prof. Renata Cunha.



O NOVO LEGISLATIVO

De R\$497,00 por R\$ 00,00

<https://onovolegislativo.com.br/curso/online-gravado/processo-legislativo-e-regimento-interno/>

BÔNUS 02

E-book Competência Legislativa Municipal, à luz do STF e Tribunais Superiores
Autoria: Dr. Walter Bernegozzi Jr. e Renata Cunha
De R\$97,00 por R\$ 00,00

<https://institutoerenatacunha.com.br/combolivrodigital>

PROFESSORES

Dr. Walter Bernegozzi Jr, Renata Cunha e professores convidados.

Dr. Walter Bernegozzi

Advogado desde 1997, Assessor Jurídico de carreira da Câmara Municipal desde 2010, Especialista em Direito Público Municipal e Direito Processual Civil, Membro da Comissão de Acompanhamento Legislativo da 7ª Subseção da OAB/MS, Ex-Presidente da 7ª Subseção da OAB/MS, Ex- Coordenador Regional da Escola Superior da Advocacia - MS, Professor Universitário por mais de 15 anos em cursos de Graduação em Direito, Administração, Ciências Contábeis e Pós-Graduação. Especialista em Processo Legislativo e Revisão de Regimento Interno e Lei Orgânica Municipal.

Renata Cunha

Servidora efetiva da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina há mais de 13 anos, atuando na Diretoria Legislativa da ALESC. Renata Cunha ministra palestras e cursos (presenciais e online) para vereadores e servidores de Câmaras Municipais. Graduada em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, e pós-graduada em Gestão Pública e Políticas Sociais. Especialista em Processo Legislativo e Regimento Interno de Casas Legislativas.

MODALIDADE DO CURSO

Curso online e ao vivo (Plataforma de videoconferência Zoom)
Aulas Gravadas



O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br

Cnpj: 33.925.782/0001-29

São José-SC

METODOLOGIA DE TRABALHO APLICADA NA FORMAÇÃO

- Encontros semanais com os ministrantes Dr. Walter Bernegozzi, Renata Cunha e professores convidados.
- Aulas expositivas e dialogadas. Estudo de casos concretos.
- Material de apoio
- Acompanhamento personalizado do início ao final da formação: esclarecimento de dúvidas, assessoramento e orientações diárias aos participantes, no grupo exclusivo de alunos.

Acesso ilimitado à gravação de todas as aulas por 01 ano

Havendo interesse em revisar as discussões ou caso você perca algum encontro ao vivo, as gravações das aulas serão disponibilizadas durante 12 meses (01 ano), na Plataforma da Hotmart, a contar da data de inscrição.

CERTIFICAÇÃO

Certificado de extensão universitária

Curso reconhecido pelo MEC

*O recebimento do certificado está condicionado à presença do aluno em pelo menos 75% da carga horária do curso. O certificado será emitido em formato digital em até 30 dias após o término do curso.

CARGA HORÁRIA

72 horas-aula

DATAS E HORÁRIOS DAS AULAS

De 11 de Julho a 11 de Setembro, das 18h às 22h, conforme cronograma abaixo.

Cronograma dos encontros ao vivo

Formação Avançada em Assessoria Jurídica e Legislativa

O NOVO LEGISLATIVO

Programa de Formação Profissional para Procuradores Legislativos e
Assessores Jurídicos e de Câmara Municipal

MÊS	DIA DO MÊS**	DIA DA SEMANA**
JULHO	11/07	QUINTA
JULHO	22/07	SEGUNDA
JULHO	31/07	QUARTA
AGOSTO	08/08	QUINTA
AGOSTO	12/08	SEGUNDA
AGOSTO	21/08	QUARTA
AGOSTO	29/08	QUINTA
SETEMBRO	02/09	SEGUNDA
SETEMBRO	11/09	QUARTA

** Datas sujeitas a alteração (com aviso prévio)

FORMA DE CONTRATAÇÃO

 O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br

Cnpj: 33.925.782/0001-29

São José-SC



O NOVO LEGISLATIVO

Inexigibilidade de Licitação, conforme preconiza o Art. 74, III, f, da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21).

MATRÍCULAS

As matrículas vão ocorrer do dia 27/06 até o dia 11/07

Vagas limitadas

INVESTIMENTO

- ~~De: 4.997,00~~

Por: **3.097,00** (Três mil e noventa e sete reais)

VALOR ESPECIAL DE LANÇAMENTO COM 500 REAIS DE DESCONTO:
SOMENTE ATÉ O DIA 04/07

- ~~De: 3.097,00~~

Por: **2.597,00** (Dois mil quinhentos e noventa e sete reais)

CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- À vista (PIX ou Boleto Bancário)
- Parcelado em até 12 vezes no Cartão de Crédito
- Pagamento pela Câmara* (empenho) através de boleto no ato da inscrição.

Para pagamento pela Câmara*:

Solicite os documentos da empresa pelo *WhatsApp* (48)99928-4712

**A inscrição e participação nas aulas é confirmada mediante pagamento ou cópia de empenho ou de contrato firmado, encaminhado para o e-mail contato@institutoerenatacunha.com.br ou WhatsApp (48)99928-4712*

GARANTIA EM CASO DE DESISTÊNCIA



O NOVO LEGISLATIVO

www.onovolegislativo.com.br

Cnpj: 33.925.782/0001-29

São José-SC



O NOVO LEGISLATIVO

Caso o participante queira desistir, poderá solicitar o reembolso total do valor em até 15 dias da data da inscrição.

MAIS INFORMAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO

Telefones para contato:

(48) 99928-4712 (whatsapp) - Everton Ferreira (sócio-administrador)

(48) 99206 - 1432 - Renata Cunha - professora

DADOS PARA EMISSÃO DO EMPENHO

Razão Social: Instituto Renata Cunha - Educação Legislativa Presencial e a Distância Ltda

Endereço: Av. Marechal Castelo Branco, 407, Campinas, São José/SC - Sala 1201.

Cep: 88101-020

CNPJ: 33.925.782/0001-29

Inscrição Estadual: Isento

Inscrição Municipal: 9029139

Respeitosamente,

Everton Teixeira Ferreira
Sócio Administrador

O Novo Legislativo

São José/SC, 28 de junho de 2024



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

**Nome: INSTITUTO RENATA CUNHA EDUCACAO LEGISLATIVA PRESENCIAL E A DISTANCIA
LTDA**
CNPJ: 33.925.782/0001-29

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.

Emitida às 11:39:59 do dia 22/04/2024 <hora e data de Brasília>.

Válida até 19/10/2024.

Código de controle da certidão: **0D30.C8E3.596E.6793**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.